

Juliana Kellen Lopes

Sexualidade, gênero e diferença: uma lacuna na formação em Psicologia

**Uberlândia
2023**

Juliana Kellen Lopes

Sexualidade, gênero e diferença: uma lacuna na formação em Psicologia

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do Título de Bacharel em Psicologia.

Orientadora: Profa. Dra. Silvia Maria Cintra da Silva

**Uberlândia
2023**

Juliana Kellen Lopes

Sexualidade, gênero e diferença: uma lacuna na formação em Psicologia

Trabalho de Curso apresentado ao Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do Título de Bacharel em Psicologia.

Orientadora: Profa. Dra. Silvia Maria Cintra da Silva

Banca Examinadora

Uberlândia, 23 de Junho de 2023

Profa. Dra. Silvia Maria Cintra da Silva (Orientadora)
Universidade Federal de Uberlândia – Uberlândia, MG

Profa. Dra. Luciana Pereira de Lima (Examinadora)
Universidade Federal de Uberlândia – Uberlândia, MG

Profa. Ms. Jéssica Pagliarini Machado (Examinadora)
ESAMC – Uberlândia, MG

**Uberlândia
2023**

Agradecimentos

Agradeço, primeiramente, aos enormes obstáculos que enfrentei até aqui, por saber que eles me ensinaram e me prepararam para tantos outros que virão, mostrando-me, mesmo que contra minha vontade, o quão capaz eu sou de construir meus caminhos e segui-los, parando, respirando, me energizando com tanto apoio que me foi dado e continuando, a passos lentos, mas passos firmes. Agradeço aos meus pais, Sonia Ruellas e João Paulo Lopes, que desde a minha infância ensinaram-me que nada seria fácil, mas que tudo fica mais leve quando há amor, respeito, paciência e persistência. Agradeço às minhas três irmãs, Fabiana, Paula e Anna Laura, que estiveram diariamente comigo, a quilômetros de distância, me apoiando e me lembrando constantemente sobre a minha força, resiliência e capacidade para estar aonde cheguei, demonstrando sempre muito amor e admiração por minha trajetória. Agradeço à minha sobrinha, Luiza, e ao meu sobrinho, Matheus, que trouxeram um amor genuíno e inimaginável para a minha vida no momento mais desafiador que a sociedade passou nos últimos tempos, sendo a centelha de vida que me trouxe fôlego para retornar às atividades acadêmicas e um dia, talvez, ter também sua admiração. Agradeço à minha amiga, Rafaella que, em um dos momentos até então mais difíceis da minha vida, me deu a mão e não soltou mais, sendo sempre um lugar de muito acolhimento e gargalhadas. Agradeço ao meu amigo, Deniel por tanto acolhimento, encorajamento e conversas que possibilitaram a criação deste trabalho. Agradeço à minha orientadora, Silvia Maria Cintra da Silva, por todo o carinho, paciência e cuidado ao longo desse processo, uma etapa que considerei extremamente desafiadora e muitas vezes impossível, e Silvia, com toda sua gentileza e maestria, me mostrou a cada mensagem, encontro e abraço, que era possível e que estaria comigo. Agradeço ao professor Ricardo Wagner Machado da Silveira, por todas as horas e conhecimentos compartilhados, que fizeram com que eu tivesse a certeza de que a Psicologia é um dos meus grandes amores, e a minha potência diante de quem precisa. Agradeço à Profa. Dra. Luciana Pereira de Lima e à Profa. Ms. Jéssica

Pagliarini Machado por aceitarem participar e contribuir neste processo tão importante para minha formação.

Agradeço a tantas/os outras/os que me auxiliaram nesta trajetória, na criação deste trabalho, e que tiveram papéis fundamentais no meu crescimento pessoal e profissional, regando e adubando a semente que foi plantada e que hoje está florindo, exalando minha essência, com muito amor, cuidado, respeito e ética.

*“Você pode me riscar da História
Com mentiras lançadas ao ar.
Pode me jogar contra o chão de terra,
Mas ainda assim, como a poeira, eu vou me levantar.*

*Minha presença o incomoda?
Por que meu brilho o intimida?
Porque eu caminho como quem possui
Riquezas dignas do grego Midas.*

*Como a lua e como o sol no céu,
Com a certeza da onda no mar,
Como a esperança emergindo na desgraça,
Assim eu vou me levantar.*

*Você não queria me ver quebrada?
Cabeça curvada e olhos para o chão?
Ombros caídos como as lágrimas,
Minh'alma enfraquecida pela solidão? [...]*

*Pode me atirar palavras afiadas,
Dilacerar-me com seu olhar,
Você pode me matar em nome do ódio,
Mas ainda assim, como o ar, eu vou me levantar. [...]*”

Maya Angelou

Resumo

As discussões relativas às questões de sexualidade, gênero e diferença esbarram em tabus, preconceitos e exclusões sociais, com raízes ainda profundas. Compreender seus significados, história, práticas excludentes e violências depende de estudo, visibilidade, persistência e luta, em meio a avanços e retrocessos. Na formação em Psicologia, entender seus limites, possibilidades, produção de saberes, deveres sociais e seus impactos na sociedade pode promover avanços nessa seara, além de visar o compromisso ético e político imprescindível a esse debate. O objetivo deste trabalho é identificar e discutir criticamente a existência de disciplinas com temas relacionados à sexualidade, gênero e diferença ofertadas nos cursos de graduação em Psicologia nas Universidades Públicas do Estado de Minas Gerais. Para isso, realizamos um levantamento nos projetos pedagógicos de cursos de Psicologia ofertados por Universidades Públicas do Estado de Minas Gerais buscando disciplinas que abordam sexualidade, gênero e diferença. Dentre as sete instituições pesquisadas, seis possuem disciplinas relacionadas a essas temáticas; quatro ofertaram a disciplina nos últimos três semestres e duas não ofertaram; cabe ressaltar que nenhuma delas é obrigatória. A partir de discussões com as Diretrizes Curriculares Nacionais e Projetos Pedagógicos de Curso, observamos lacunas relativas a tais temas, que denunciam o apagamento e silenciamento de modos de ser e estar no mundo. Ressaltamos a necessidade de uma formação crítica em Psicologia, que abarque questões concernentes à sexualidade, gênero e diferença, uma vez que o silêncio e apagamento produz exclusão, perpetuação de práticas violentas e disseminação de preconceitos e estigmas.

Palavras-chave: formação do psicólogo; sexualidade; gênero; projeto pedagógico.

Abstract

Discussions related to issues of sexuality, gender and difference come up against taboos, prejudices and social exclusions, which still have deep roots. Understanding its meanings, history, exclusionary practices and violence depends on study, visibility, persistence and struggle, amid advances and setbacks. In training in Psychology, understanding its limits, possibilities, production of knowledge, social duties and its impacts on society can promote advances in this area, in addition to seeking the ethical and political commitment essential to this debate. The objective of this work is to identify and critically discuss the existence of disciplines with themes related to sexuality, gender and difference offered in undergraduate courses in Psychology at Public Universities in the State of Minas Gerais. For this, we carried out a survey of the pedagogical projects of Psychology courses offered by Public Universities in the State of Minas Gerais, seeking disciplines that address sexuality, gender and difference. Among the seven institutions surveyed, six have disciplines related to these themes; four offered the discipline in the last three semesters and two did not; It should be noted that none of them are mandatory. From discussions with the National Curriculum Guidelines and Course Pedagogical Projects, we observed gaps related to such themes, which denounce the erasure and silencing of ways of being in the world. We emphasize the need for a critical training in Psychology, which encompasses issues concerning sexuality, gender and difference, since silence and erasure produce exclusion, perpetuation of violent practices and dissemination of prejudices and stigmas.

Keywords: psychologist training; sexuality; gender; pedagogical project.

Lista de Figuras

Figura 1 <i>Banheiro de todas as mulheres</i>	13
Figura 2 <i>Panfleto para divulgação de petição “Londrina Sem Ideologia de Gênero”</i>	15
Figura 3 <i>Roteiro para buscas</i>	32

Lista de Tabelas

Tabela 1 <i>Conhecendo os Projetos Pedagógicos do Curso de Psicologia em Universidades Públicas do Estado de Minas Gerais</i>	34
Tabela 2 <i>Informações acerca das disciplinas relacionadas à Sexualidade e Gênero</i>	35

Sumário

Apresentação	12
A Formação em Psicologia no Brasil.....	20
Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação em Psicologia e Projeto Pedagógico de Curso	22
Sexualidade, Gênero e Diferença	27
Percurso Metodológico	31
Conhecendo os Projetos Pedagógicos dos Cursos	34
Considerações Finais	40
Referências.....	43

Apresentação

Sexualidade, gênero, diversidade, preconceito e diferenças estão presentes em muitas das nossas falas, desde uma conversa tendo como foco o tema em si, até em um pronome utilizado para se referir a determinada pessoa. Trata-se de um tabu, que carrega consigo uma rigidez e que caminha a passos lentos em busca de novos significados, respeito e reconhecimento; porém, por meio de visibilidade para essas questões, movimentação, luta e educação, abrem-se possibilidades de novos olhares para a pluralidade do que é ser-humano.

Em 1980, coincidindo com a segunda onda do feminismo, um número significativo de países espalhados pelo mundo começou a criar seus filhos sem gênero, principalmente nas comunidades *queer*, optando por não rotular a criança como menino ou menina, para que a criança tenha autonomia para decidir o que desejará ser, fazer, amar e viver quando crescer (Savage, 2022). Ravna Marin Nathanael Siever, de Berlim, na Alemanha, realizou uma pesquisa para seu livro¹ sobre a criação de filhos com gênero neutro, e afirma em reportagem que "quanto mais aberto for o crescimento das nossas crianças, menos estruturas de poder baseadas no gênero influenciarão quem tem poder na sociedade e quem se beneficia mais com isso" (Savage, 2022).

Em contrapartida, há também pessoas que se sentem desrespeitadas ao deparar-se com banheiros “multigênero”, tendo como exemplo o caso envolvendo uma rede de *fast food*, que colocou placas indicando a destinação para mulheres, homens ou pessoas que não se identificam com esses gêneros, gerando grande repercussão. Após reclamações de clientes e vereadores da cidade, o restaurante foi notificado pela prefeitura e desfez a mudança. Dentre as reclamações, houve depoimentos de clientes alegando sentir constrangimento em utilizar banheiro com pessoas de gênero oposto; que colocariam em risco crianças e adolescentes; que

¹ Livro “Was wird es denn? Ein Kind!: Wie geschlechtsoffene Erziehung gelingt”, em português: “O que será? Uma criança!: Como uma educação aberta ao gênero é bem-sucedida” e publicado em 2022.

banheiros multigênero seriam ações do comunismo; e sobre a higienização, já que “o homem urina em pé, e a mulher precisa sentar na mesma tampa que pode conter respingos”, segundo um dos vereadores. A rede já havia ressaltado que todas as cabines seriam individuais e de uso independente, “para que todas as pessoas se sintam bem-vindas e possam utilizá-las com conforto e privacidade” (G1, 2021).

Por outro lado, no bloco de salas de aula no Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, em São Paulo, já em 2007 via-se a seguinte placa² (Figura 1), na entrada de um banheiro feminino:

Figura 1

Banheiro de todas as mulheres

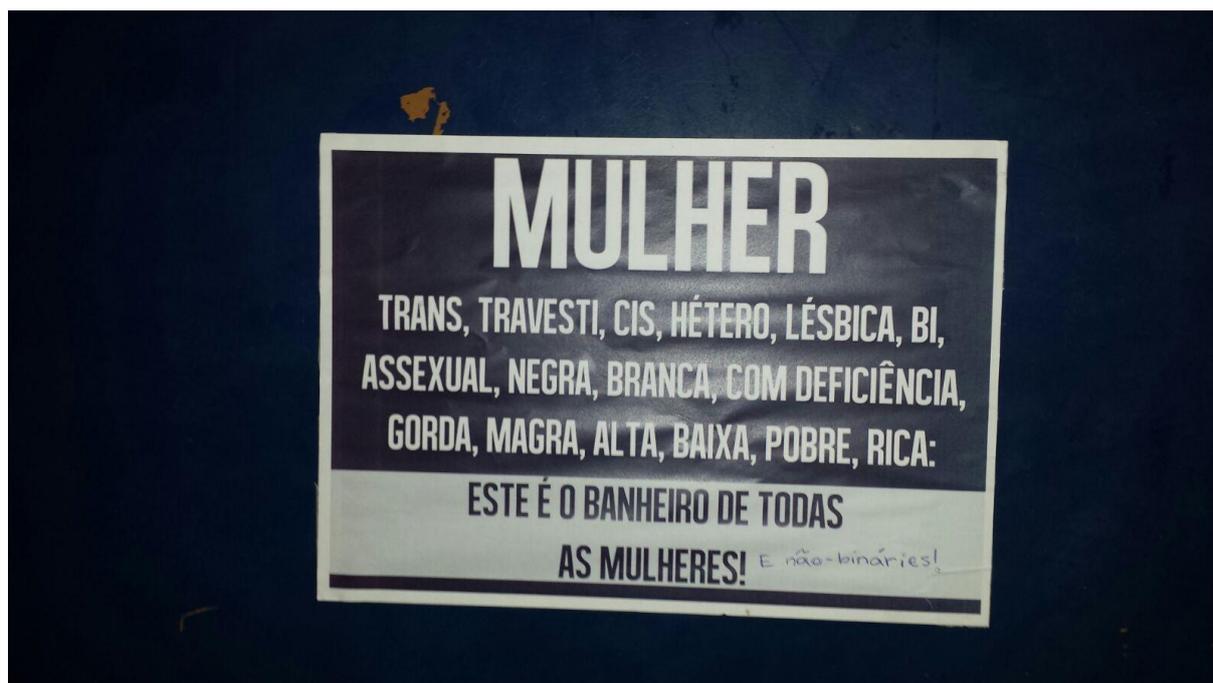


Foto: Silvia Cintra, 2007.

Destarte, vemos que essas contradições constituem a nossa sociedade, ora mostrando sua face mais retrógrada, ora proclamando a necessidade de inclusão das diferenças que

² A imagem contém o texto impresso: “Mulher trans, travesti, cis, hétero, lésbica, bi, assexual, negra, branca, com deficiência, gorda, magra, alta, baixa, pobre, rica: este é o banheiro de todas as mulheres!”. E com palavras escritas à mão: “E não binárias!”

caracterizam a diversidade humana. Ouve-se cada vez mais a disseminação de ações inclusivas, embora estas encontrem grandes obstáculos, como o uso de pronome neutro como uma forma de incluir pessoas que não se identificam com gêneros binários, masculino e feminino. Assim como a existência de banheiros neutros, o pronome neutro também causa grande desconforto, seja pela dificuldade em compreender a importância de inclusão – que mascara o preconceito – ou pela exclusão e rejeição explícitas.

A adoção da linguagem não-binária é tema de debates políticos e pesquisas acadêmicas. No cenário político, por exemplo, em 2021, Daniela Carneiro, deputada federal e atual ministra do Turismo, apoiou oficialmente o projeto de lei contra a linguagem neutra, que propõe a proibição de sua utilização em todos os materiais didáticos e documentos oficiais em escolas públicas e privadas (CNN, 2023). O ex-presidente Jair Bolsonaro também fez duras críticas juntamente com o que foi chamado de “ideologia de gênero”, afirmando que “uma parte da garotada nem sabe português e quer a linguagem neutra. É impressionante. Antes de explicar o pronome neutro pergunta se sabe a diferença do pronome pessoal do caso reto, do caso oblíquo”, segundo reportagem publicada pelo Correio Braziliense (2023).

A Figura 2 trata-se de um panfleto³ divulgado nas eleições municipais de 2016, pelo candidato de direita Filipe Barros, com explicações equivocadas sobre a suposta “ideologia de gênero” e suas propostas.

³ O panfleto contém explicações e argumentos referentes à uma petição “Londrina Sem Ideologia de Gênero: Diga não à erotização das nossas crianças”, proposta por Filipe Barros, eleito vereador em Londrina em 2016 e atual Deputado Federal do Paraná. No panfleto, descreve em tópicos o que é a ideologia de gênero; como ela é aplicada na prática; o porquê não se deve aceitar a ideologia de gênero; qual o papel da escola e seu projeto de lei de iniciativa popular, explicando que tem como objetivo “coibir qualquer política educacional voltada a promoção da ideologia de gênero”.

Figura 2

Panfleto para divulgação de petição “Londrina Sem Ideologia de Gênero”

LONDRINA SEM IDEOLOGIA DE GÊNERO
Diga **NÃO** à EROTIZAÇÃO das nossas crianças

» **O que é a ideologia de gênero?**
A ideia da destruição da família e do cristianismo vem de Marx e Engels. Contudo, os dois acabaram falecendo sem que elaborassem um plano. Então, as feministas e alguns filósofos elaboraram a teoria do gênero, que **afirma que ninguém nasce homem ou mulher**, e cada pessoa pode escolher livremente a qual gênero pertence, não dependendo do sexo biológico.

» **Como a ideologia de gênero é aplicada na prática?**
Na prática significa: crianças a partir de 3 (três) anos de idade **não poderão ser educadas como menino ou menina**; criação de banheiros unissex; aulas de educação sexual e sexualização precoce ("direito ao prazer sexual de crianças", como eles chamam) que é uma porta aberta para a pedofilia.

» **Por que NÃO devemos aceitar a ideologia de gênero?**
Incluir a ideologia de gênero é **obrigar professores e escolas a ensinarem conceitos contrários à família e a verdade científica**. Com isso, professores poderão impor, por meio da educação, as mais diversas identidades de gênero, atualmente existem mais de 30.

» **Qual o papel da escola?**
O Brasil se encontra na 60ª posição de 76 países no ranking mundial de educação, atrás de países como Irã e Cazaquistão. O objetivo da escola é: ensinar a ler, escrever e fazer contas. Por força do art. 12 da Convenção Americana de Direitos Humanos, que é uma Lei, **cabe à família educar seus filhos em matérias sobre moral e religião**.

» **O que fiz?**
Para barrar definitivamente a Ideologia de gênero em Londrina, organizei uma coleta de assinaturas para propormos um **PROJETO DE LEI DE INICIATIVA POPULAR**, alterando a lei orgânica do nosso município, com o objetivo de coibir qualquer política educacional voltada a promoção da ideologia de gênero.

Acesse www.filipebarros.com.br e assine a Petição 'Londrina sem Gênero'. Conheça também minhas propostas para Londrina.

FILIPES BARROS
Endireita Londrina

Para vereador vote:
10.000

PRB
CANDIDATO OFICIAL

» Advogado, organizador da petição 'Londrina sem gênero' pró-vida e pró-família.

www.filipebarros.com.br /f/filipe.londrina (43) 9990-4488

De acordo com Ribeiro (2022, pp. 14-15)

Apesar de não ter liderado o movimento antigênero no continente – tendo o sintagma “ideologia de gênero” referenciado desde o final dos anos 1990 no Peru e Colômbia, mostrando uma organização mais antecipada quanto à combativa antifeminista por lá (Corrêa & Kalil, 2020) –, no Brasil é possível constatar forças retóricas antigênero desde 2004, como mobilizações de oposição ao Programa Brasil Sem Homofobia, em

2004, ao projeto de lei sobre a criminalização da homofobia (PLC 122/2006) e ao Programa Nacional dos Direitos Humanos 3 (PNDH-3), em 2009, ainda que de maneira gradativa e sem expressividade significativa (Junqueira, 2018; Corrêa & Kalil, 2020). O termo em específico ainda não circulava pelo Brasil e as referências usadas eram “ditadura gay”, “propaganda gay”, “ideologia anti-humana” entre outras para se referir às garantias de direito em avanço ou recém-conquistadas (Junqueira, 2018).

Em seu trabalho, Ribeiro (2022, p. 22) mostra que, em nome de uma cruzada pela “moral” e “família”, o sintagma “ideologia de gênero” é utilizado pelas igrejas católica e evangélica “como uma estratégia de mobilização e convocatória política para se incitarem em volta desse discurso que propicia alianças amplas, se apresentando como núcleo de resistência à ampliação e garantia de direitos e formulando programas políticos antidemocráticos abrangentes”.

Por outro lado, Gregory Rodrigues, Coordenador Nacional de Comunicação da Aliança Nacional LGBTI+⁴, afirma que é necessário compreender que todas as demandas presentes na sociedade precisam ser avaliadas para serem entendidas. “A língua portuguesa é viva, e precisa ser inclusiva de modo a abraçar todas as pessoas”, referindo-se à postura inclusiva em ao menos seis eventos de ministros, em que cerimonialistas usaram a palavra “todes” em seus discursos (Correio Braziliense, 2023).

Assim, o tema deste trabalho surge a partir de uma dificuldade; de uma falta de embasamento teórico/prático frente a uma situação que não é mais incomum ou talvez nunca tenha sido. A falta de repertório sugere uma lacuna, forçando-nos a refletirmos e chegarmos à conclusão de que se trata de uma situação com que deveríamos estar preparadas/os para lidar;

⁴ A Aliança Nacional LGBTI+ denomina-se como “uma organização da sociedade civil, pluripartidária e sem fins lucrativos, que atua no âmbito nacional com pessoas LGBTI+ e aliadas, bem como organizações das mais diversas naturezas interessadas em apoiar a causa LGBTI+. Na defesa e promoção da livre orientação sexual e da livre identidade/expressão de gênero”. Recuperado em 06 de abril de 2023, de <https://aliancagbti.org.br/>.

reagir; acolher, o que nos leva, conseqüentemente, a puxar na memória o momento em que nos foi ou não ensinado tal conhecimento. De que lacuna estou falando?

A partir de uma experiência vivida em minha graduação em Psicologia, no início do meu estágio profissionalizante na área clínica, senti-me despreparada para lidar com questões de sexualidade e gênero trazidas por uma pessoa atendida por um integrante do nosso grupo de estágio no serviço escola do meu curso. Tal experiência e a lacuna teórica repercutiram para as/os demais estagiárias/os e orientador no momento em que sentimos dificuldade até mesmo com qual pronome deveríamos utilizar quando fôssemos nos referir à pessoa que estava sendo atendida. Diante de tais reflexões, chego à conclusão de que, ao longo de todo o meu percurso acadêmico, não cursei disciplinas que abordassem temas relacionados à sexualidade e gênero para além da Psicanálise, como por exemplo a diversidade sexual e de gênero, identidade e expressão de gênero, a construção da sexualidade e seus aspectos normativos: marcos psicopatologizantes, heteronormatividade, cisnormatividade e normalização das condutas, produção de corpos e governo das populações, Teoria *Queer* e tantos outros campos de estudos, que não podemos dizer tratar-se de temas atuais, uma vez que Judith Butler⁵ já se inspirava em estudos anteriores para debruçar-se em suas reflexões acerca da constituição de gênero e performatividade.

De maneira resumida, o caso atendido tratava-se de uma pessoa que passava por grandes dificuldades relacionadas ao seu gênero, não-binário, e suas repercussões, como suas relações familiares e interpessoais, violências por parte de professores quanto ao seu nome social, o que lhe trouxe grande adoecimento mental e distanciamento social. Coincidentemente, o estagiário responsável pelo caso se reconhece também como não-binário, opta por pronomes

⁵ Filósofa e teórica do gênero, tendo estudos centrais, tanto no campo do feminismo, como na teoria *queer* e na teoria literária, quanto na filosofia política. Autora dos livros “Problemas de Gênero: Feminismo e subversão da identidade” (1990), “Corpos que importam: os limites discursivos do "sexo"” (1996) e tantos outros trabalhos. Participa ativamente na luta pelos direitos da comunidade LGBTQIAPN+, pelos direitos humanos e pelo feminismo (Escobar, 2022).

masculinos, enquanto a pessoa atendida opta por pronomes neutros, o que consideramos ter sido de grande valia para o nosso desenvolvimento teórico/prático sobre o tema gênero e inclusão, e para nos apontar o quanto ainda o desconhecemos. Por meio deste caso, surgiram muitas inquietações em relação à minha própria formação, embora eu já soubesse que a formação da/o psicóloga/o não se restringe apenas à graduação, mestrado, doutorado e todas as outras titulações possíveis, mas também o desenvolvimento continuado de uma formação crítica, em contato diário com a realidade, com a diversidade e problemas sociais, atualizando-se e sensibilizando-se com o outro, com o grupo, com a sociedade.

Para Guareschi (2018, p. 192) “a prática crítica tem que estar sempre presente seja nos objetivos dos cursos de Psicologia ou nas práticas dos egressos, pois a competência profissional está em mantermos sempre uma suspeita sobre aquilo que nos governa”. Desta forma, é necessário, então, entendermos um pouco melhor a formação do psicólogo, seus limites, possibilidades, produção de saberes e impactos na sociedade.

Este trabalho é um estudo documental, cujo objetivo é identificar a existência de disciplinas com temas relacionados a sexualidade, gênero e diferença⁶ ofertadas nos cursos de graduação em Psicologia nas Universidades Públicas do Estado de Minas Gerais.

a pesquisa documental é aquela em que os dados obtidos são estritamente provenientes de documentos, com o objetivo de extrair informações neles contidas, a fim de compreender um fenômeno; é um procedimento que se utiliza de métodos e técnicas para a apreensão, compreensão e análise de documentos dos mais variados tipos; é

⁶ Opto pelo uso do substantivo “Diferença” ao invés de “Diversidade”, apoiando-me em estudos produzidos por Miskolci, que sustenta a ideia de que o primeiro está voltado ao reconhecimento, enquanto o segundo está voltado à tolerância ou convivência. O autor afirma que “[...] uma política da diferença emerge como crítica do multiculturalismo e da retórica da diversidade, afirmando a necessidade de ir além da tolerância e da inclusão mudando a cultura como um todo por meio da incorporação da diferença, do reconhecimento do Outro como parte de todos nós” (Miskolci, 2012, p. 51).

caracterizada como documental quando essa for a única abordagem qualitativa, sendo usada como método autônomo. (Kripka et al., 2015, p. 58).

Sabemos que tudo encontra-se em constante transformação – *metamorfozes ambulantes*, como diria Raul Seixas⁷, que nos obrigam a rever nossas *velhas opiniões formadas sobre tudo* – possibilitando-nos olhar por novas perspectivas, frestas e nuances da existência humana, nos comprovando a pluralidade de existir, pensar, sentir, amar e viver. Entretanto, pensar sobre a Psicologia, que carrega consigo a ideia de um olhar atento e acolhedor, não nos protege de falhas e práticas excludentes, a partir do momento em que não prioriza em sua formação teorias e práticas voltadas a grupos socialmente oprimidos e marginalizados. Diante de tantos avanços e retrocessos, torna-se evidente a necessidade de uma formação em Psicologia que abarque questões de sexualidade, gênero, diferença, uma vez que o silêncio também pode produzir exclusão e falta de reconhecimento.

A seguir, apresentaremos os itens componentes deste trabalho, que nos auxiliaram nas reflexões instigadas ao longo do caminho percorrido, mostrando-nos obstáculos, desafios e possibilidades a partir de impotências e potenciais. Porém, para que seja possível discutirmos lacunas e objetivos em uma formação em Psicologia precisamos antes entender, mesmo que brevemente, o caminho trilhado até agora pela Psicologia, como ciência e profissão e quais suas principais potências. Com isso, chegaremos às Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) que orientam e norteiam uma formação em Psicologia que preze por desenvolvimento e aprimoramento constantes, que darão suporte à discussão sobre Projeto Pedagógico de Curso (PPC). Em seguida, abordaremos questões que consideramos essenciais em Sexualidade, Gênero e Diferenças, a fim de pontuar a importância e necessidade de sua existência na

⁷ A música “Metamorfose ambulante” foi composta em 1973 por Raul Seixas e lançada no LP “Krig-há, bandolo!”

formação em Psicologia, sustentando-nos nas discussões anteriores. Apresentaremos, então, o método utilizado neste estudo, trazendo a discussão e as considerações finais.

A Formação em Psicologia no Brasil

Pensando na trajetória da Psicologia, é fato sua imensa transformação no que diz respeito ao compromisso ético do saber e da profissão, e sua humanização, já que, infelizmente, em determinados momentos de sua trajetória, como citam Rechtman e Bock (2019), a Psicologia não pensava coletividade e sujeito como partes de um mesmo processo, além de não ter como um de seus focos principais as questões sociais; logo, sua formação também caminhou, em alguns momentos, baseada em uma perspectiva individualizante e naturalizadora.

A ditadura militar no Brasil foi, como descreve Mansan (2022, p. 3), a “conclusão, com sucesso, de um movimento antidemocrático coordenado por um grupo de militares, políticos, empresários e lideranças católicas, com a hegemonia interna dos primeiros e apoio crucial de quase toda a grande imprensa e de parcela significativa das classes médias” e, infelizmente, as práticas da Psicologia respaldaram tal estado de terror. Em um discurso ancorado na “Segurança e Desenvolvimento”, todo o tipo de oposição ou subversão é considerado crime e merece punição, e esse é um dos momentos em que a Psicologia atua “a favor” da lógica hegemônica e elitista.

Coimbra (2004, p. 50) nos conta que

Esses são apenas alguns exemplos extremos da participação direta de profissionais “psi” colaborando com esse quadro dantesco, fornecendo seu aval teórico/técnico para justificar “cientificamente” que aqueles que resistiam à sanha assassina de um Estado ditatorial eram desequilibrados, desestruturados, doentes... Participação que colaborou

efetivamente, também, para a manutenção e o fortalecimento das subjetividades hegemônicas que sustentaram em muitos aspectos o estado de terror sob o qual vivemos nos anos 70 no Brasil.

Devido às tensões, a sociedade brasileira, ou parte dela, determinada a fortalecer e integrar seus movimentos sociais em prol da redemocratização, fomentou o desenvolvimento de um novo projeto para a Psicologia em conjunto com um pensamento cada vez mais crítico, ampliando suas ações junto às populações historicamente excluídas, respondendo às demandas e necessidades que surgem ao longo do tempo, que nos coloca diante de lutas constantes (Rechtman e Bock, 2019).

Ensina-nos Bock (2010, p. 101) que resta aos psicólogos

uma formação em Psicologia guiada pelos direitos humanos, sabendo que isso exigirá uma revisão corajosa de nossas teorias e de procedimentos tradicionais de formação. O tecnicismo de nossos cursos, a superficialidade ou a falta de postura crítica terá que ser abandonado para dar lugar a uma formação crítica... os psicólogos, cientistas e profissionais do humano, não podem deixar de acompanhar o movimento da realidade que se impõe na direção dos direitos humanos.

Uma formação crítica deve proporcionar, justamente, um olhar sem amarras, sem padrões e aberto a possibilidades, o que permite acompanhar este movimento que nós, como sociedade, vivemos, ora em progresso, ora em retrocesso. Logo, a autocrítica se faz extremamente necessária, uma vez que nos tira a arrogância do saber, mostrando-nos o contrário, que estaremos em constante mudança, e que a Psicologia, como ciência e profissão, assumiu a responsabilidade de debruçar-se e olhar de forma sensível e humanizada para tudo

o que vier e para suas diversas formas de existir, a partir de “perspectivas contra-hegemônicas, questionando todo o complexo de produção de saber e de práticas psi”, como afirmam Costa e Mendes (2022, p. 4). Ou seja, uma postura que nunca se esqueça de seu real dever e função social: o respeito, a valorização, a humanização, o desenvolvimento individual e coletivo, que seja capaz de reconhecer infinitas subjetividades e que se interesse constantemente pelo outro.

Diante disso, compreendemos que uma formação crítica depende não somente de constantes questionamentos, mas também de ações, transformações e reformulações da produção de saber, para que tenhamos mudanças na prática profissional, com impactos nas dimensões individual e coletiva. Seguindo pelo caminho da formação de profissionais de Psicologia e de seus limites e necessidades, torna-se importante entendermos a construção desta formação, seus objetivos, diretrizes e os esforços de comunidades acadêmicas e profissionais que lutam por sua constante reformulação e aprimoramento. É nesse âmbito que compreender a formulação das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) e Projeto Pedagógico de Curso (PPC) se torna substrato para reflexões acerca da formação em Psicologia.

Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação em Psicologia e Projeto Pedagógico de Curso

As Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) também possuem em seu histórico muita luta e persistência para sua criação e permanência coerentes com seu objetivo principal, que é garantir uma formação crítica, plural e compromissada com o aperfeiçoamento constante em benefício da sociedade. As DCNs surgem devido a uma insatisfação em relação à formação em Psicologia, uma vez que a configuração de um Currículo Mínimo, vigente por 40 anos, baseado em conteúdos específicos, não dava a devida importância ao contexto sociocultural em que egressas/os atuavam, além de tantos outros limites que divergiam da Psicologia como ciência e profissão (Conselho Federal de Psicologia, 2018).

Em 1995, o Ministério da Educação (MEC) dava os primeiros passos rumo à reformulação da formação em Psicologia, instituindo uma comissão de especialistas no ensino de Psicologia que seria responsável pela criação das Diretrizes Curriculares para cursos de graduação em Psicologia, a fim de substituir o currículo mínimo. Após anos de intensas discussões entre especialistas, comunidade acadêmica, MEC e Instituições de Ensino Superior (IES), ainda parecia difícil encontrar consenso, já que há inúmeros contrastes na própria concepção da formação e compreensão desta ciência e profissão, como por exemplo se deveria possuir caráter generalista ou aprofundar os estudos em áreas específicas.

Em 2004, finalmente, as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Psicologia foram publicadas, por meio da resolução CNE/CES nº 8, de 07/05/2004. Em 2009, o Parecer CNE/CES nº 338, aprovado em 12/11/2009, reconheceu a necessidade de reformulação do Artigo 13º das DCN, que tratava da formação de professoras e professores. As DCN de 2004 foram reeditadas em 2011, com alteração apenas desse artigo, e aprovada assim a Resolução CNE/CSE nº 5, de 15/03/2011, que instituiu as DCN para os cursos de graduação em Psicologia e as normas para o Projeto Pedagógico Complementar para a formação de professoras e professores de Psicologia. (Conselho Federal de Psicologia, 2018).

Todas essas mudanças refletem-se nas DCN publicadas em 2004 e republicadas em 2011: ao invés de indicar disciplinas e conteúdos específicos, como fazia o Currículo Mínimo, a nova regulação, tomando como base o perfil de profissional que se pretende formar, estabelece princípios e fundamentos, conhecimentos, competências e habilidades gerais e específicas a serem desenvolvidos, articulados em torno de eixos estruturantes. Reconhece o fenômeno psicológico como multideterminado e histórica e culturalmente contextualizado, a diversidade de orientações teórico-metodológicas da

Psicologia e a diversidade de práticas, de processos de trabalho e de contextos de inserção profissional. (Conselho Federal de Psicologia, 2018, p. 35).

As DCN de 2004/2011 trazem consigo nova perspectiva acerca da formação e conceitos, e embora ainda gerem questionamentos e discussões, representaram um salto qualitativo significativo no processo de formação da/do psicóloga/o brasileira/o. Percebendo tal evolução e também limitações, em 2018, o Conselho Federal de Psicologia (CFP) retoma a discussão sobre reavaliar e atualizar as DCN, a fim de avançar na construção de uma formação profissional cada vez mais qualificada, elaborando uma minuta enviada ao Conselho Nacional de Saúde para parecer e ao Conselho Nacional de Educação, responsável pela avaliação, aprovação e publicação de diretrizes curriculares. Infelizmente, aguarda homologação até o momento atual.

O CFP (2018, p. 36) afirma que

a revisão das diretrizes permitirá a toda a categoria docente, profissional e estudantil a discussão e fortalecimento de nossos princípios fundantes e orientadores, a reflexão sobre possibilidades de articulação dos modelos e práticas de formação, a consolidação de um projeto de formação para a Psicologia que contemple a pluralidade, a competência acadêmica e o compromisso com o aperfeiçoamento da sociedade, pautada numa perspectiva de direitos cidadãos plenos.

Por meio das Diretrizes Curriculares Nacionais, são elaborados os Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC) pelas Instituições de Ensino Superior (IES) do país. Desde as orientações da DCN de 2004, “ampliou-se a autonomia das IES para elaborarem seus Projetos Pedagógicos de Curso de Psicologia em consonância com as DCN, levando em conta a experiência

profissional do corpo docente, a relevância e as necessidades sociais da população [...]” (Conselho Federal de Psicologia, 2018, p. 38). O PPC deve conter o que as DCN estabelecem e definem como base para uma formação em Psicologia no Brasil, como os princípios, fundamentos, condições de oferta e os procedimentos para a formação, determinando que cada projeto pedagógico ofereça, no mínimo, duas ênfases curriculares, que serão de escolha da/do estudante e que contenham “[...] um conjunto delimitado e articulado de competências e habilidades que configuram oportunidades de concentração de estudos e estágios em algum domínio da Psicologia” (Ministério da Educação, 2011, p. 4).

No PPC, encontra-se a estrutura que fundamentará o curso, desde informações básicas acerca do perfil de egressa/o que a IES deseja formar, organização curricular e pedagógica, metodologia de ensino e aprendizagem, gestão acadêmica do curso, infraestrutura, acessibilidade e tantas outras informações, a variar para cada instituição. Vale ressaltar que um projeto pedagógico não garante sua implementação e aplicação na prática, uma vez que se encontram facilmente projetos desatualizados ou que não cumprem com as atividades presentes em seu currículo, seja por motivos institucionais, políticos ou por falta de docentes capacitadas/os.

Na organização curricular e pedagógica de um PPC, encontram-se as disciplinas presentes do núcleo comum e do núcleo de aprofundamento (ênfases curriculares), explicitando quais disciplinas podem ser ofertadas, uma vez que sua presença no PPC não garante que serão ofertadas às/aos estudantes, o que dá margem à inexistência e exclusão de temas caros à uma formação qualificada. Dentre as disciplinas, há as obrigatórias, optativas e/ou eletivas.

Segundo a Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES) (2012), a divisão entre disciplinas obrigatórias, optativas e eletivas surge em 1968, após a Reforma Universitária, que reformula o regime de matrícula rígido e seriado para um regime de matrícula por disciplinas. Anteriormente, todas as matrículas eram obrigatórias; já com o

regime de matrícula por disciplina, a/o aluna/o tem o elenco de disciplinas divididas entre obrigatórias, optativas e eletivas. Mesmo havendo disciplinas obrigatórias, ela/e pode escolher entre disciplinas optativas e eletivas, quais se aproximam dos seus objetivos profissionais, desde que respeite os pré-requisitos da disciplina escolhida, conforme define a matriz curricular apresentada no Projeto Pedagógico do Curso (PPC).

A disciplina optativa é ofertada em conjunto de um leque de disciplinas que se encontram no PPC, para cumprir determinada carga horária ou número de créditos, geralmente apresentando relação e aprofundamento de estudos da mesma área. Já as disciplinas eletivas, geralmente são escolhidas livremente pela/o estudante, não precisando estar presentes no Plano Pedagógico do Curso, ou seja, a/o aluna/o elege disciplinas que acredite que possa enriquecer sua formação acadêmica e/ou profissional, mesmo não havendo nenhuma ligação com o curso. Contudo, não há norma legal que defina claramente a diferença entre disciplinas optativas e eletivas, cabendo ao Plano Pedagógico do Curso definir seu rol de disciplinas.

Além disso, muito se discute sobre o currículo oculto, que pode ser definido como “[...] todos os aspectos do ambiente escolar que, sem fazer parte do currículo oficial, explícito, contribuem, de forma implícita, para aprendizagens sociais relevantes” (Silva, 2003, p. 78). Ou seja, nos ambientes educacionais não se aprende somente o que está formalmente definido e escrito. Araujo (2018, p. 33) explica que

[...] Isso significa que no currículo oculto se aprende fundamentalmente atitudes, comportamentos, valores e orientações que permitem que crianças e jovens se ajustem da forma mais conveniente às estruturas injustas e antidemocráticas da sociedade capitalista ao aprenderem o conformismo, a obediência e o individualismo. [...] Essas aprendizagens são distintas conforme a classe social das crianças e adolescentes. Assim, os filhos da classe operária aprendem as atitudes próprias ao seu papel de subordinação,

enquanto os filhos da classe burguesa aprendem os traços sociais do seu papel de dominação.

Salas de aula e corredores ensinam constantemente sobre relações sociais estabelecidas entre alunas/os, administração, docentes; organização do espaço; temporalidade; rituais; normas; categorização e divisão, implícitas e explícitas, dos considerados mais capazes, dos considerados menos capazes; do binarismo homens e mulheres; do currículo acadêmico e do profissional (Araujo, 2018). Por meio do conceito de Currículo Oculto, torna-se possível pensar na importância de uma análise crítica sobre o currículo e projeto pedagógico, pois todos eles são constructos que impactam diretamente na construção da subjetividade e na aprendizagem de práticas inclusivas e/ou excludentes.

Sexualidade, Gênero e Diferença

Discutir sexualidade, gênero, diferença, subjetivação dos corpos, *performances* e tantos outros termos que carregam consigo tabus e preconceitos, principalmente quando não aprendidos e desmistificados, pode levar tempo, necessidade de aprofundamento teórico, discussões e análise crítica, enquanto que sua nitidez ainda continuará longe de ser alcançada – ou jamais seja. Pensar em sexualidade e gênero nos traz diversas possibilidades e caminhos para reflexões, visto que são constructos há muito estudados, aprofundados e debatidos de modo muitas vezes caloroso, o que torna inviável – e talvez impossível – contemplar neste trabalho todas suas nuances e contribuições de inúmeros autores. No entanto, a luta por uma melhor compreensão, escuta e visibilidade é urgente, e emerge há séculos, num embate social ferrenho quando diz respeito a práticas normatizantes e disciplinares, posto que “ao longo de muito tempo, os discursos acerca da sexualidade, por exemplo, enquanto dispositivos históricos

de poder e saber, serviram, sobretudo, à classificação e disciplinarização dos corpos e de suas práticas” (Lima, 2017, p. 17).

A sexualidade acompanha a trajetória humana, ora exacerbada, ora reprimida, desde que se encaixe nas arestas das caixas em que somos “convidados a nos obrigarmos a caber”, por vezes de maneiras violentas, desta forma, analisando a partir de uma perspectiva panorâmica e cronológica, é notável as mutações à nível social e da própria definição da palavra. Segundo o Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa Michaelis (n. d.), “sexualidade” é “qualidade ou estado de ser sexual”; “Conjunto de todos os caracteres morfológicos e fisiológicos, externos ou internos, que os indivíduos apresentam, conforme o sexo a que pertencem”; “Conjunto de fenômenos da vida sexual”; seguido de uma última definição, de Freud (1856-1939), que traz a complexidade do processo de desenvolvimento com início na infância, que repercute na vida adulta, caso suas diversas fases sejam superadas.

É oportuno pensar sobre gênero como um dispositivo cultural, também construído, que promove sentido para as diferenças entre corpos e suas ações, para além do sexo biológico. Ou seja, a partir das permissões da construção de determinado gênero, o corpo deverá se comportar, já que gênero não é somente o que somos, mas sim uma sequência de ações e atitudes. No entanto, manter a sexualidade e gênero apenas no campo morfológico, fisiológico e/ou inconsciente, não contempla tais magnitudes e tudo o que lhes atravessa, como suas dimensões sociais, históricas e culturais. Louro (2008, p. 17) elucida que

Gênero e sexualidade são construídos através de inúmeras aprendizagens e práticas, empreendidas por um conjunto inesgotável de instâncias sociais e culturais, de modo explícito ou dissimulado, num processo sempre inacabado. Na contemporaneidade, essas instâncias multiplicaram-se e seus ditames são, muitas vezes, distintos. Nesse embate cultural, torna-se necessário observar os modos como se constrói e se reconstrói

a posição da normalidade e a posição da diferença, e os significados que lhes são atribuídos.

Esbarramo-nos em temas relacionados à sexualidade constantemente, seja em nossas relações sociais, ou individualmente, com as nossas experiências corporais, enquanto a última é diretamente construída a partir da primeira. É na sociedade e com ela que aprendemos sobre nossos corpos, formatos desejados e indesejados, cores bonitas ou feias, roupas aceitas ou inapropriadas, maneiras de nos comportar, agir, pensar e ser, e é esta aprendizagem que dirá como a sexualidade deverá ser vivida, sentida e exposta. Embora a sexualidade e suas tonalidades carreguem significados distintos em variadas culturas, algumas determinações se destacam, como a heterossexualidade e o binarismo, masculino e feminino, colaborando e reforçando comportamentos, papéis sociais e modos de existir; por exemplo o papel da mulher em procriar e o papel do homem em prover, a relação de poder de um sobre o outro, a determinação de padrões de comportamentos, em suas roupas, falas e gestos a partir de uma expressão cisheteronormativa. E onde ficam aquelas e aqueles que não se encaixam e/ou subvertem os padrões pré-estabelecidos?

Segundo Foucault (1976, p. 10)

O que não é regulado para a geração ou por ela transfigurado não possui eira, nem beira, nem lei. Nem verbo também. É ao mesmo tempo expulso, negado e reduzido ao silêncio. Não somente não existe, como não deve existir e à menor manifestação fá-lo-ão desaparecer — sejam atos ou palavras. As crianças, por exemplo, sabe-se muito bem que não têm sexo: boa razão para interditá-lo, razão para proibi-las de falarem dele, razão para fechar os olhos e tapar os ouvidos onde quer que venham a manifestá-lo, razão para impor um silêncio geral e aplicado.

Silenciar o que foge à regra é, costumeiramente, uma das possíveis reações que se tem, mesmo que traga consequências ao silenciador e/ou silenciado. Quando estamos falando de modos de ser e estar no mundo, é evidente que os danos do silenciamento podem ser desastrosos e extremamente violentos. Entretanto, quando falamos de silenciamento, negação, invisibilidade, violência psicológica, física e moral, escassez de vagas no mercado de trabalho, dificuldade ao acesso à saúde, à educação, ao lazer, à segurança, apagamento de suas identidades, estamos falando de um atentado à Declaração Universal dos Direitos Humanos e da Constituição (Brasil, 1988), e de graves consequências na constituição do indivíduo e sua existência.

O processo de adequação e encaixe social tem como marco fundante a entrada no ambiente escolar, sendo o contato com o diferente e o igual marcadores do processo de desenvolvimento individual e construção de identidade. Entendendo gênero e sexualidade como construções sociais, torna-se evidente o impacto da educação escolar para a produção de mulheres e homens “normais”, “corretos”, com objetivos voltados à normalização social, garantindo e perpetuando os laços de poder entre o sistema educacional, os interesses biopolíticos, modos de ser e reconhecer o outro (Miskolci, 2012). É na escola que ocorre a produção e reprodução das desigualdades, preconceitos e violências, mas é, também, onde torna-se possível uma formação e desenvolvimento humano que garanta e priorize uma sociedade inclusiva baseada nos direitos humanos.

Movimentos recentes, mas que lutam há tempos, alcançaram notoriedade e polêmicas nos últimos anos, em busca de que a educação básica contemple os temas sexualidade, gênero e diversidade sexual, evidenciando sua urgência e importância para o desenvolvimento, segurança, construção de identidade e tantos outros aspectos para a proteção de crianças e adolescentes (Braga, 2019). Professoras e professores enfrentaram duras críticas e proibições após *fake news* circuladas nas eleições de 2018, ridicularizando e distorcendo os reais objetivos

da proposta com o discurso de que seriam entregues “mamadeiras eróticas”, “kit gay” e que “a escola estaria se tornando um local de promoção da chamada “ideologia de gênero”” (Silva, 2019, p. 326). Outro exemplo deste longo percurso de invisibilização e segregação com raízes robustas até os dias atuais, é o processo de criminalização da homofobia apenas no ano de 2019, que escancara nosso subdesenvolvimento e atraso em políticas públicas (Silva, 2019, p. 332).

Diante disto, entendendo a profundidade das raízes conservadoras, heteronormativas, hegemônicas, excludentes, patologizantes e seus reflexos dantescos, partimos rumo à necessidade de subverter o que causa tanta violência e sofrimento aos grupos oprimidos e marginalizados – que nada tem de minoria – e o dever da educação básica, superior e continuada em fomentar o reconhecimento, visibilidade e inclusão de todos os grupos.

Percurso Metodológico

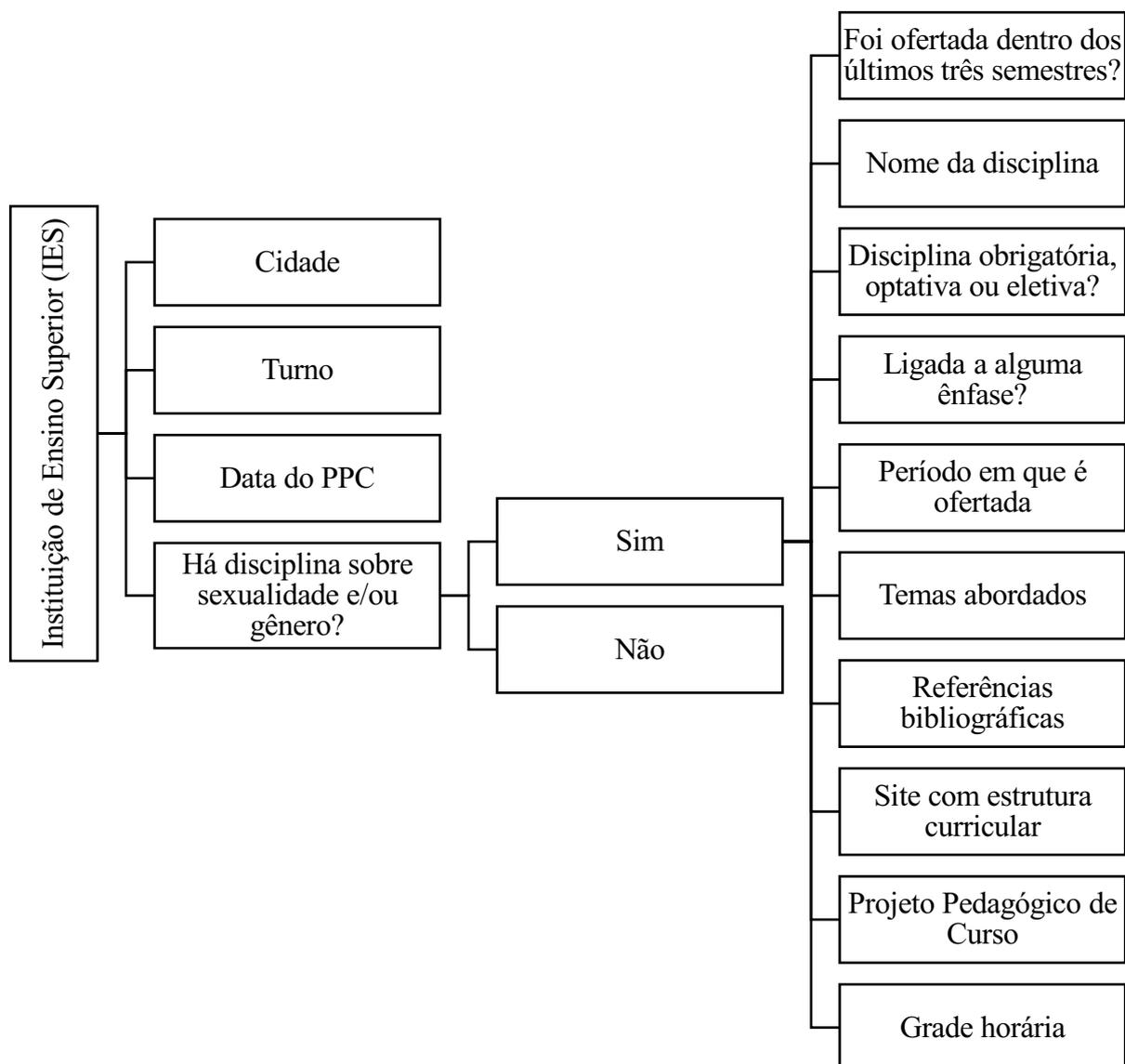
A partir da minha formação e lacuna teórica referente ao tema proposto para este estudo, decidimos então pesquisar a formação em outras instituições, a fim de identificar a existência de disciplinas com temas relacionados à sexualidade, gênero e diferença ofertadas nos cursos de graduação em Psicologia nas Universidades Públicas do Estado de Minas Gerais. Sabendo da vasta quantidade de instituições de formação em Psicologia espalhadas pelo Brasil, optamos por afunilar a investigação, iniciando as buscas nos cursos de Psicologia ofertados apenas por Universidades Públicas do Estado de Minas Gerais, acreditando ser suficiente para obter um recorte deste cenário e um pontapé inicial para futuras investigações acerca do tema.

Inicialmente, em Junho de 2022, buscamos no *site* e-MEC (Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior Cadastro e-MEC) todas as Universidades Públicas do Estado de Minas Gerais que possuem graduação em Psicologia. Em seguida, elencamos as

principais informações que desejávamos obter sobre o curso de cada universidade, como podemos ver na Figura 3.

Figura 3

Roteiro para buscas



A Figura 3 apresenta o roteiro criado para a busca de informações a partir de cada Instituição de Ensino Superior (IES): cidade em que o curso é oferecido; turno do curso; data do Projeto Pedagógico do Curso (PPC); se há disciplina sobre sexualidade e/ou gênero no PPC. Caso houvesse disciplina(s) que se encaixasse(m) de alguma maneira nos temas, averiguamos então: se a disciplina foi ofertada nos últimos três semestres; o nome da disciplina; se a disciplina é obrigatória, optativa ou eletiva; se está ligada a alguma ênfase; período em que é ofertada; temas abordados na disciplina; referências bibliográficas; *site* com estrutura curricular; PPC e grade horária que comprove que a disciplina foi ou está sendo ofertada. A partir deste roteiro, realizamos a elaboração do material empírico por meio de sites oficiais de cada universidade, individualmente, com acesso aos PPCs e grades horárias.

Os nomes das Instituições de Ensino Superior (IES) que serviram como base para a coleta de dados não serão divulgados, já que não interferem na pesquisa em si, bem como suas respectivas cidades, turnos, nome das disciplinas e demais informações que facilitem sua identificação, uma vez que o objetivo principal é investigar se há ou não temas referentes à sexualidade e gênero na formação em Psicologia neste grupo selecionado. Desta forma, iremos nos referir às instituições como Instituição A, Instituição B, Instituição C e assim sucessivamente.

Para a descrição das ênfases, faço uso da Resolução CFP 03/2016, que descreve as 12 áreas da Psicologia que uma egressa ou egresso do curso poderá especializar-se, sendo elas Psicologia Escolar/Educacional; Psicologia Organizacional e do Trabalho; Psicologia de Trânsito; Psicologia Jurídica; Psicologia do Esporte; Psicologia Clínica; Psicologia Hospitalar; Psicopedagogia; Psicomotricidade; Psicologia Social; Neuropsicologia; e Psicologia da Saúde.

Por meio da ferramenta de editor de planilhas Excel, programa da *Microsoft Office*, preenchemos com as informações encontradas e a organizamos para uma melhor comparação entre os cursos, que deram origem às tabelas apresentadas neste trabalho.

Conhecendo os Projetos Pedagógicos dos Cursos

Dentre as Instituições de Ensino Superior (IES) do Estado de Minas Gerais que possuem graduação em Psicologia, seis (6) são Universidades Públicas, sendo que uma (1) delas oferece o curso em duas (2) cidades diferentes, em turnos diferentes, possuindo PPCs individuais (nomeadas com B1 e B2) o que é possível observar na Tabela 1. Alguns dos sites visitados estavam desatualizados ou necessitavam de acesso exclusivo a docentes e discentes do curso, o que dificultou a busca por dados importantes para a pesquisa como, por exemplo, certificar se a disciplina que consta no PPC está sendo ofertada atualmente por meio da apresentação das grades horárias nos últimos três (3) semestres do curso, 1º e 2º semestres de 2022 e 1º semestre de 2023.

Tabela 1

Conhecendo os Projetos Pedagógicos do Curso de Psicologia em Universidades Públicas do Estado de Minas Gerais

IES⁸	Data do PPC⁹ em vigência	Há disciplina(s) sobre sexualidade e/ou gênero no PPC?	Foi ofertada dentro dos últimos três semestres?
Instituição A	2009	Sim	Não
Instituição B1	2017	Sim	Sim
Instituição B2	2021	Sim	Não
Instituição C	2017	Sim	Sim
Instituição D	2011	Não	-
Instituição E	2022	Sim	Sim

⁸ IES: Instituição de Ensino Superior.

⁹ PPC: Projeto Pedagógico de Curso.

Instituição F	2009	Sim	Sim
----------------------	------	-----	-----

A Tabela 1 se concentra em trazer as seguintes informações: a data do PPC em vigência; a existência ou não de disciplina(s) sobre sexualidade e/ou gênero no PPC; se há oferta ou não nos últimos três (3) semestres. Em nossas buscas, nota-se desatualização de PPCs, por exemplo a Instituição A e F que fazem uso de PPCs atualizados pela última vez em 2009. Dentre sete (7) PPCs, seis (6) possuem disciplinas relacionadas a sexualidade e gênero (Instituições A, B1, B2, C, E e F) e uma (1) não possui (Instituição D), quatro (4) ofertaram a disciplina dentro dos últimos três (3) semestres (Instituições B1, C, E e F), enquanto que duas (2) não ofertaram (Instituição A e B2).

Em relação às Instituições A e F, a partir do que foi trazido anteriormente, nota-se o impacto que PPCs desatualizados causam em uma formação, uma vez que as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) em vigência são de 2011 – e lá se vão 12 anos – enquanto os referidos PCCs são de 2009. Além disso, a disciplina ofertada pela Instituição F possui em sua ementa temas que abrangem sexualidade, gênero e educação, porém, ao analisarmos suas referências nota-se uma formação voltada unicamente aos estudos da psicanálise.

Tabela 2

Informações acerca das disciplinas relacionadas à Sexualidade e Gênero

IES	Obrigatória, Optativa (OP) ou Eletiva (EL)?	Ligada a alguma ênfase?	Temas abordados
Instituição A	OP	Informação não encontrada	Gênero; Sociedade; Construção Social de Gênero; Identidade

Instituição B1	OP	Psicologia Clínica e Psicologia da Saúde	Gênero; Violência de Gênero; Direitos sexuais e reprodutivos; Políticas Públicas de Saúde voltadas a comunidade LGBTQIAPN+
Instituição B2	OP	Psicologia Social e Psicologia da Saúde	Movimento Feminista; Gênero: construção e compreensão das diferenças; Sexualidade e Identidade; Subjetivação; Teoria Queer
Instituição C	EL	Psicologia Escolar/Educacional	Sexualidade, Gênero, Saúde e Educação; Diferenças; Políticas Públicas; Normatividade e Sexualidade
Instituição D	-	-	-
Instituição E	EL	Informação não encontrada	Sexualidade e Gênero na Saúde; Gênero e atuação do profissional em Psicologia; Movimentos Feministas; Direitos Sexuais e Reprodutivos na Saúde
Instituição F	OP	Informação não encontrada	Sexualidade, Gênero e Educação

A Tabela 2 se concentra em investigar mais a fundo informações acerca das disciplinas relacionadas ao tema sexualidade e gênero que constam nos PPCs, independentemente de estarem sendo ofertadas atualmente ou não. Nota-se que não há disciplinas obrigatórias, sendo somente optativas ou eletivas e, através da Tabela 1, sabemos que, dentre os sete (7) cursos

analisados, seis (6) possuem tais disciplinas nos PPCs, e apenas quatro (4) ofertaram-nas nos últimos períodos. Desta forma, nos restam as perguntas: Como sexualidade, gênero e diferenças comparecem nos Projetos Pedagógicos de Cursos de Psicologia? Por que sexualidade, gênero e diferença não são considerados temas obrigatórios para a formação de um(a) profissional da Psicologia? Quais vozes estão sendo silenciadas na formação em Psicologia? A quem interessa a reformulação ou não das DCNs e/ou PPCs? Qual o compromisso político por parte de docentes e coordenadoras/es de curso com a inclusão de grupos oprimidos e marginalizados?

Algumas perguntas talvez já tenham sido respondidas em itens anteriores ou sejam óbvias demais para serem respondidas aqui, mas vale a pena a reflexão. É evidente que a formação em nível superior carrega consigo lógicas hegemônicas e imposições culturais dominantes institucionalizadas desde a entrada do indivíduo na educação básica. Neste sentido, Bento (2011, pp. 555-556) afirma que

Para se compreenderem os motivos que fazem da escola um espaço destinado, fundamentalmente, a reproduzir os valores hegemônicos, é necessário sair desse espaço, ampliar nosso olhar para a própria forma como a sociedade produz as verdades sobre o que deve ser reproduzido, quais os comportamentos de gênero sancionados e por que outros são silenciados e invisibilizados, qual a sexualidade construída como “normal” e como gênero e sexualidade se articulam na reprodução social. Essas questões não podem ser respondidas exclusivamente nos limites da escola. Há um projeto social, uma engenharia de produção de corpos normais, que extrapola os muros da escola, mas que encontrará nesse espaço um terreno fértil de disseminação.

E analisar PPCs que, explicitamente, não contemplam obrigatoriamente assuntos constituintes e presentes em toda a pluralidade humana e seus paradoxos nos mostra que os

currículos e os saberes ensinados ou não – por meio do currículo oficial ou do currículo oculto – estão mergulhados em lógicas sociais opressoras e excludentes, que perpetuam limites rígidos e violentos na forma como a Psicologia enxerga, compreende e aborda sexualidades, gêneros e diferenças. Trata-se de uma falha social e ética, visto que um dos princípios fundamentais presente no Código de Ética Profissional do Psicólogo (Conselho Federal de Psicologia, 2005) diz que “O psicólogo trabalhará visando promover a saúde e a qualidade de vida das pessoas e das coletividades e contribuirá para a eliminação de quaisquer formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão” em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais. Cabe citar, também, dois outros importantes documentos elaborados pelo Conselho Federal de Psicologia: Resolução 1/1999 que "Estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da Orientação Sexual" e Resolução 1/2018 que “Estabelece normas de atuação para as psicólogas e os psicólogos em relação às pessoas transexuais e travestis.

Partindo do pressuposto de que “qualquer decisão epistemológica é também uma decisão política” (Lima, 2017, p. 18), é evidente o apagamento de saberes sobre sexualidade, gênero e diferenças nos currículos analisados nesta pequena pesquisa, que é capaz de denunciar a presença de discursos e práticas sociais opressoras em ambientes cujo dever e objetivo – em teoria – é exatamente o contrário. O fato de sermos formadas/os em contextos que, silenciosamente, perpetuam exclusões, dificulta o desenvolvimento de um olhar crítico em relação aos nossos próprios posicionamentos e aos dos outros. Não reconhecer os impactos políticos causados por escolhas teórico-práticas excludentes faz com que deixemos de ver a Universidade como um “espaço de construção e transmissão de conhecimento”, anulando seu importante papel na “promoção e consolidação de avanços civilizatórios” (Lima, 2017, p. 19).

A não reformulação das DCNs, o encontro de PPCs desatualizados e a não obrigatoriedade de temas relativos à sexualidade evidencia a estagnação na construção de uma

formação que priorize favorecer a construção de formas de sociabilidades mais democráticas e pluralistas, e que acompanhe as lutas e avanços sociais. Encontrar PPCs desatualizados não diz respeito apenas à não inclusão de questões sociais atuais, mas também a negação de que a própria ciência se transforma, se revê e se atualiza. Ou seja, currículos baseados em teorias e estudos que podem ter sido reformulados ou até mesmo fundamentados em conceitos que “caíram por terra” denunciam possíveis impactos desastrosos e perigosos na formação de profissionais que estão saindo da graduação rumo à atuação em nossa sociedade.

Lima (2017, p. 24) salienta que

Os discursos e as práticas sociais estão inteiramente interligados à construção dos currículos: nós fazemos o currículo e ele nos faz. Ou seja, o currículo possui um impacto significativo na produção de subjetividades e estas, por sua vez, também irão impactar na construção dos currículos. Por isso, a importância de um currículo multiculturalista, que problematize os modos a partir dos quais os discursos são construídos e legitimados, que questione as relações de saber-poder envolvidas no espaço universitário e, assim, possibilite a reflexão sobre diferentes identidades, tanto das culturas dominantes quanto das culturas silenciadas.

Retomando o conceito de currículo oculto, é possível refletir sobre a ausência de projetos pedagógicos compromissados com a garantia de uma formação inclusiva e plural, e é esta ausência, ou seja, a não obrigatoriedade de temas como sexualidade e gênero, que explicita o que é de interesse ou não que seja perpetuado nas formações, como práticas cisheteronormativas; com conceitos e estudos predominantes de autores homens, brancos, heterossexuais; com lógicas binaristas homem-mulher nos banheiros; em formulários com campos de preenchimento apenas para masculino ou feminino, sem opção para preenchimento

de nome social, e tantas outras questões que podem passar despercebidas por aquelas/es que se encaixam nos padrões normativos. “A recusa violenta de formas de expressão de gênero ou sexualidade em desacordo com o padrão é antecedida e até apoiada por um processo educativo heterossexista, ou seja, por um currículo oculto comprometido com a imposição da heterossexualidade compulsória” (Miskolci, 2012, p. 35).

Diante de tantas microviolências – ou macro – como é possível a inserção e permanência dos corpos que não se reconhecem nestes espaços, uma vez que eles não existem nos textos, nas discussões em sala de aula, nos estudos de casos e até mesmo nas disciplinas ofertadas pelo seu curso? Sabendo que “o currículo, tanto o prescrito como o oculto, constrói a identidade dos alunos, constitui a sua subjetividade, a sua forma de ver, escutar e analisar o mundo a sua volta e a si mesmo” (Araujo, 2018, p. 34), voltamos à questão: quem formula o PPC tem interesse no compromisso político de inclusão de grupos oprimidos e marginalizados?

Considerações Finais

Este trabalho teve como objetivo identificar a existência de disciplinas com temas relacionados à sexualidade, gênero e diferença ofertadas nos cursos de graduação em Psicologia nas Universidades Públicas do Estado de Minas Gerais. Entre seus limites, o escopo de Instituições de Ensino Superior (IES) públicas de Minas Gerais. É interessante que outros estudos abarquem IES privadas, considerando que cerca de 85% dos cursos de Psicologia do país são ofertados por essa modalidade. Também podem ser realizadas pesquisas sobre o impacto do currículo oculto em relação às questões de gênero, sexualidade e diferença.

Como escreve Braga, “A educação em sexualidade está presente em todos os espaços de socialização – família, escola, igreja, pares, trabalho, mídia –, mas ocorre de forma pulverizada, fragmentada e desassociada de um plano de sociedade inclusiva baseada nos

direitos humanos” (2019, p. 151). Desta forma, o sistema educacional tem como tarefa reunir, organizar e trazer de modo coerente e inclusivo essa dimensão da condição humana.

Lançando mão das autoras e dos autores citadas/os, da análise documental e da minha experiência durante a graduação em Psicologia, pensar as potências e os limites de uma formação, que evidenciam a necessidade de contínuos estudos e aprimoramento de nossa prática, nos obriga a fazer uso de uma crítica constante sobre nossa formação, diretrizes curriculares, projetos pedagógicos, currículos e políticas que garantam um olhar plural, atento às diferenças e existências.

Como visto na pesquisa documental apresentada, a ausência de temas relacionados à sexualidade, gênero e diferença na formação em Psicologia, a não atualização das Diretrizes Curriculares Nacionais e, conseqüentemente, dos Projetos Pedagógicos dos Cursos, denunciam a estagnação de uma formação que diz ter como princípios e valores a construção de subjetividades, a singularidade, o acolhimento, a inclusão, o respeito à diferença etc. Portanto, para que as instituições educacionais possam fazer parte da solução, será necessário reconhecer que, antes de tudo, elas também fazem parte do problema e seu perpetuamento, e só assim será possível comprometer-se na construção de soluções coletivas e efetivas. Que incluam docentes, coordenação de curso, colegiado e discentes nessa tarefa.

Para a construção de um modelo educacional efetivamente inclusivo, é necessário repensar os valores hegemônicos que norteiam, até aqui, uma formação profissional exageradamente interessada na classificação e rotulação das pessoas e suas atitudes. Adotar um novo paradigma epistemológico na construção das propostas curriculares, com um olhar crítico diante da hegemonia de saberes e práticas enrijecidos, positivistas e excludentes, tão presentes nos projetos pedagógicos. Construir um currículo plural e multiculturalista significa repensar nossa linguagem e torná-la mais democrática, em consonância com todos os direitos e deveres que temos como indivíduos, mas, infelizmente, muitos deles esquecidos em gavetas.

Diante disto, ressalta-se a necessidade de uma formação em Psicologia que abarque questões de sexualidade, gênero, diferença, uma vez que o silêncio e apagamento produzem exclusão, perpetuação de práticas violentas e disseminação de preconceitos e estigmas. Nesta direção, é preciso ensaiar formas curriculares que abarquem a compreensão das novas tonalidades da existência e que rompam criativamente com as lógicas que delimitam modos rígidos de expressão das subjetividades. Abrir espaço para reflexões sobre uma Psicologia crítica e engajada com transformações psicopolíticas, rumo à emancipação subjetiva e social, é responsabilidade de todas, todos e todes. Uma formação em Psicologia que tenha como principal preocupação estudar e intervir sobre as subjetividades na intersecção com processos sociais, políticos, econômicos e culturais, nas suas interseccionalidades com sexualidade, gênero, raça-etnia, classe social, dentre tantos outros marcadores presentes nos processos de subjetivação.

Referências

- Amaral, L., & Rosa, J. (2023, 5 Janeiro). Governo Lula adota pronome neutro ‘todes’ em eventos; ministra tem projeto contra linguagem neutra. *CNN Brasil*. <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/governo-lula-adota-pronome-neutro-todes-em-eventos-ministra-tem-projeto-contralinguagem-neutra/>
- Araujo, V. P. C. (2018). O conceito de currículo oculto e a formação docente. *Revista de Estudos Aplicados em Educação*, 3(6), 29-39. <https://doi.org/10.13037/rea-e.vol3n6.5341>
- Bock, A. M. B., & Gianfaldoni, M. H. (2010). Direitos Humanos no ensino de psicologia. *Revista Psicologia: Ensino & Formação*, 1(2), 97-115. ISSN 2177-2061
- Braga, M. (2019). Debater sexualidade e gênero em sala de aula é um direito constitucional. In M. Ribeiro (Org.). *A Conversa Sobre Gênero na Escola – Aspectos conceituais e político-pedagógicos*, (pp. 141-154). Wak.
- Butler, J. (2018). Os atos performativos e a constituição do gênero: um ensaio sobre fenomenologia e teoria feminista (J. P. Dias, Trad.). *Cadernos de Leitura*, 78. (Trabalho original publicado em 1988)
- Caixeta, I. (2023, 06 Janeiro). 'Todes': Governo Lula adota pronome neutro em eventos oficiais. *Correio Braziliense*. <https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2023/01/5064349-todes-governo-lula-adota-pronome-neutro-em-eventos-oficiais.html>
- Coimbra, C. M. B. (2004). Práticas “psi” no Brasil do “milagre”: algumas de suas produções. *Mnemosine*, 1, 48-52. ISSN: 1809-8894
- Conselho Federal de Psicologia. (2016). *Resolução CFP n.º 03/2016*. Casa do Psicólogo/CFP.
- Conselho Federal de Psicologia. (2005). *Código de Ética Profissional do Psicólogo*. <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/codigo-de-etica-psicologia.pdf>
- Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. (2001). (21ª ed.). Saraiva.

- Costa, P. H. A., & Mendes, K. T. (2022). Psicologia, 60 anos e a crítica da crítica. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 42(spe), e262857, 1-12. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003262857>
- Escobar, P. (2022, 18 Março). Judith Butler: “Temos que esperar reações e retrocessos”. *Jornalismo e História*. <https://jornalismoehistoria.sites.ufsc.br/2022/03/18/judith-butler-temos-que-esperar-reacoes-e-retrocessos/>
- Foucault, M. (2017). *História da Sexualidade I: A Vontade de Saber* (4ª ed.). Paz & Terra.
- Frauches, C. (2012, 19 Novembro). (2012). Educação Superior Comentada: Políticas, diretrizes, legislação e normas do ensino superior. *Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior*. <https://abmes.org.br/colunas/detalhe/680/educacao-superior-comentada-%E2%80%93-politicas-diretrizes-legislacao-e-normas-do-ensino-superior>
- Guareschi, N. M. F. (2018). Formação em psicologia, práticas profissionais e produção de saberes. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 38(2), 191-195. <https://doi.org/10.1590/1982-3703000022018>
- G1 Bauru e Marília. (2021, 24 Novembro). *Banheiro multigênero: entenda o que diz a lei*. <https://g1.globo.com/sp/bauru-marilia/noticia/2021/11/24/multigenero-o-que-diz-a-lei-sobre-banheiros-unissex.ghtml>
- Kripka, R. M. L.; Scheller, M. & Bonotto, D. (2015, 23 Julho). Pesquisa Documental: considerações sobre conceitos e características na Pesquisa Qualitativa. *Investigação Qualitativa em Educação*, 2, 243-247. <https://proceedings.ciaiq.org/index.php/ciaiq2015/article/view/252>
- Lima, A. M. (2017). Gênero, diversidade sexual e Psicologia: reflexões sobre a formação das(os) psicólogas(os). In D. Ferrão (Org.). *Psicologia, gênero e diversidade sexual: saberes em diálogo*, 16-35. Conselho Regional de Psicologia – Minas Gerais.

- Louro, G. L. (2016, 18 Janeiro). Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. *Pro-Posições*, 19(2), 17–23.
<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/article/view/8643470>
- Mansan, J. V. (2022). O binômio “Segurança e Desenvolvimento”: propaganda, controle social e educação superior durante a ditadura militar no Brasil (1964-1988). *Cadernos de História da Educação*, 21, 1-25. <https://doi.org/10.14393/che-v21-2022-144>
- Michaelis. (n.d.). Sexualidade. In *Michaelis Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa*.
<https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/sexualidade/>
- Ministério da Educação. (2011). *Resolução CNE/CES nº 5, de 15 de março de 2011*. Conselho Nacional de Educação.
https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_RES_CNECESN52011.pdf?query=Brasil
- Miskolci, R. (2012). *Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças* (2ª ed.). Autêntica Editora.
- Rechtman, R., & Bock, A. M. B. (2019). Formação do Psicólogo para a Realidade Brasileira: Identificando Recursos para Atuação Profissional. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 35, e3551. <https://doi.org/10.1590/0102.3772e3551>
- Savage, M. (2022, 7 Outubro). As crianças que estão sendo criadas sem gênero. *BBC News Brasil*. <https://www.bbc.com/portuguese/geral-63162913>
- Silva, A. R. P. (2019). Por uma escola para todos e todas: ensaios sobre gênero, sexualidade e diversidade sexual em uma perspectiva inclusiva. *Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem-Estar*. 3(1), 325-344.
- Silva, T. T. (2003). *Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo* (2ª ed.). Autêntica Editora.